



**PLATAFORMA
PARA A
ACÇÃO SINDICAL
(1989 • 1992)**

RD
(69) /

ECA

APROVADO NO 6.º CONGRESSO • MAIO/89

INTRODUÇÃO

A Plataforma para a Acção Sindical (1989) foi organizada numa base numa metodologia que permitiu a elaboração e desenvolvimento dos seus temas tratados.

O capítulo I refere-se ao contexto em que se desenvolve a actividade sindical nos primeiros 20 anos. Neste período, os primeiros passos do movimento sindical são marcados por um período de luta, a exemplo dos movimentos de trabalhadores que desafiaram a ditadura salazarista, de uma reorganização sindical, de movimentos organizados em torno de reivindicações que se traduziram em lutas sindicais e na criação de sindicatos.

O capítulo II aborda a participação do movimento sindical na luta pela conquista da democracia em Portugal em 1976. Nesta época, os movimentos de intervenção social tinham adquirido características próprias, quer em termos de métodos, quer em termos de resultados de actividades sindicais.

O capítulo III apresenta o movimento CGTP-IP desde a sua criação em 1976, através de um levantamento da sua história e actividades. O movimento CGTP-IP tem sido um dos principais actores da luta sindical em Portugal, tendo desempenhado um papel fundamental na conquista da democracia em Portugal em 1976.

O capítulo IV aborda os princípios fundamentais da metodologia utilizada, a partir da qual se desenvolveu o movimento sindical. Este capítulo apresenta a metodologia e as técnicas de trabalho utilizadas no movimento sindical, bem como os resultados da aplicação desta metodologia.

O capítulo V apresenta a metodologia utilizada para a elaboração da Plataforma para a Acção Sindical (1989). Este capítulo apresenta a metodologia e as técnicas de trabalho utilizadas no movimento sindical, bem como os resultados da aplicação desta metodologia.

Título: *Plataforma para a Acção Sindical*

Capa: *RAPER — Rui Pereira e Pedro Rosa*

Editor: *DIF/CGTP-IN*

R. Victor Cordon, 1-2.º — 1200 LISBOA

Colecção: *Documentos da CGTP-IN*

Tiragem: *3000 exemplares*

Execução gráfica: *IAG-Artes Gráficas, Lda*

Data de Impressão: *Junho de 1989*

Depósito legal n.º *28126/89*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

CAP. I — ENQUADRAMENTO DA SITUAÇÃO POLÍTICA, ECONÓMICO-SOCIAL E SINDICAL

1.1. EVOLUÇÃO NO PLANO NACIONAL	8
1.1.1. As eleições de 19 de Julho de 1987	8
1.1.2. A ofensiva contra o regime democrático	8
1.1.3. O quadro económico-social	10
1.1.4. As novas tendências no mercado de trabalho	11
1.1.5. A entrada no CPCS	11
1.1.6. A luta dos trabalhadores e a Greve Geral de 28 de Março de 1988 ..	12
1.1.7. O sentimento de unidade como determinante fundamental para a acção	13
1.2. EVOLUÇÃO INTERNACIONAL	13
1.2.1. O progresso científico e técnico	13
1.2.2. A internacionalização da economia e a interdependência	14
1.2.3. A situação económica e social no mundo	15
1.2.4. A evolução das relações internacionais	15
1.3. OS NOVOS DESAFIOS AO SINDICALISMO E A CGTP-IN	16
1.3.1. As mudanças nos meios de produção, nas forças produtivas e nas relações da produção e as suas implicações sindicais	16
1.3.2. A necessidade da internacionalização das respostas e sindicais	17
1.3.3. A CGTP-IN e a resposta aos novos problemas; por um sindicalismo mais combativo, interveniente e eficaz	17

CAP. II — CEE E MERCADO INTERNO

2.1. A NATUREZA DE CLASSE E CONTRADIÇÕES	19
2.2. O PROCESSO DE ADESÃO DE PORTUGAL	20
2.3. O ACTO ÚNICO, O MERCADO INTERNO E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	21

2.4. A COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL E A DIMENSÃO SOCIAL DO MERCADO INTERNO	23
2.5. OS FUNDOS COMUNITÁRIOS	24
2.6. A INTERVENÇÃO SINDICAL FACE ÀS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS	26

CAP. III — POR UM PORTUGAL DEMOCRÁTICO, DESENVOLVIDO, SOLIDÁRIO E SOBERANO

3.1. O PORTUGAL DEMOCRÁTICO	29
3.1.1. A democracia política	30
3.1.2. A democracia económica	33
3.1.3. A democracia social	34
3.1.4. A democracia cultural	35
3.1.5. A Constituição da República	35
3.2. O PORTUGAL DESENVOLVIDO	39
3.2.1. A necessidade de um projecto de desenvolvimento nacional	39
3.2.2. A reestruturação e modernização do aparelho produtivo	41
3.3. O PORTUGAL SOLIDÁRIO	45
3.3.1. O progresso social	45
3.3.2. A correcção das assimetrias regionais	48
3.4. O PORTUGAL SOBERANO	50

CAP. IV — REIVINDICAR UMA VIDA MELHOR

4.1. PELO DIREITO AO TRABALHO	53
4.1.1. A segurança e a estabilidade do emprego	53
4.1.2. O combate à precaridade do emprego	54
4.1.3. A qualificação da mão de obra: o ensino e a formação profissional	56
4.2. PELA REDUÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO	59
4.3. PELA MELHORIA DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO	60

4.3.1. Pelo aumento dos salários reais	60
4.3.2. Pelo desagravamento da carga fiscal	62
4.3.3. Pela protecção social no desemprego	65
4.4. PELA MELHORIA DA SEGURANÇA SOCIAL	66
4.5. PELA SEGURANÇA, SAÚDE DOS TRABALHADORES E AMBIENTE DE TRABALHO	70
4.6. PELO BEM ESTAR SOCIAL	73
4.6.1. A saúde	73
4.6.2. A habitação	76
4.6.3. Os transportes	78
4.6.4. O meio ambiente	79
4.6.5. Os direitos do consumidor	81
4.6.6. A cultura e o desporto	83

CAP. V — A UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES

5.1. A UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES	85
5.2. A UNIDADE FACE À DIVERSIDADE DE INTERESSES E VÍNCULOS LABORAIS	87
5.3. A UNIDADE ORGÂNICA	89
5.4. A DIVISÃO SINDICAL E SITUAÇÕES DE PLURALISMO	89
5.5. O RELACIONAMENTO NO SEIO DO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS	91

CAP. VI — UMA ACÇÃO SINDICAL COMBATIVA, INTERVENIENTE E EFICAZ

6.1. A LUTA IDEOLÓGICA	94
6.2. A LUTA DE MASSAS	95

6.3. A LUTA DE CLASSES	96
6.3.1. Os direitos da negociação e de contratação colectiva	96
6.3.2. A intervenção nos locais de trabalho	97
6.3.3. A acção reivindicativa nas empresas transnacionais	98
6.3.4. Os processos e conteúdos reivindicativos	98
6.3.5. A promoção da negociação colectiva	100
6.4. A ACÇÃO JURÍDICA	100
6.4.1. A luta jurídica perante o direito social europeu	102
6.4.2. A acção face à Administração do Trabalho	102
6.5. A PARTICIPAÇÃO DA CGTP-IN NOS ÓRGÃOS E INSTÂNCIAS DO ESTADO E AS PROPOSTAS PARA A RESOLUÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS E NACIONAIS	104
6.6. A INTERVENÇÃO JUNTO DOS ÓRGÃOS DO PODER	106
6.7. A COOPERAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL	107

CAP. VII — A ACÇÃO SINDICAL NAS REGIÕES AUTÓNOMAS

7.1. REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	108
7.2. REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	110

CAP. VIII — PLATAFORMA DA ACTIVIDADE INTERNACIONAL

8.1. A SITUAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL INTERNACIONAL E A POSIÇÃO DA CGTP-IN	114
8.2. OS OBJECTIVOS ESSENCIAIS DA ACTIVIDADE INTERNACIONAL DA CGTP-IN	115
8.2.1. A conquista da paz mundial	116
8.2.2. A solidariedade com os povos que lutam pela sua independência, soberania e integridade territorial	117
8.2.3. A aplicação integral da Carta Universal dos Direitos do Homem e o respeito pela liberdade sindical	117

8.2.4. O estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional	118
8.2.5. O controlo da actividade de sociedades transnacionais e multinacionais	119
8.3. AS PRIORIDADES DA ACTIVIDADE INTERNACIONAL DA CGTP-IN	120
8.4. OS TRABALHADORES MIGRANTES	121
8.4.1. Emigrantes portugueses	121
8.4.2. Imigrantes em Portugal	125

CAP. IX — UMA CGTP-IN FORTE, COESA, DINÂMICA, PARA TODOS OS TRABALHADORES

9.1. A IMPORTÂNCIA E INFLUÊNCIA DA CGTP-IN	126
9.2. O REFORÇO E ALARGAMENTO DA REPRESENTATIVIDADE	126
9.3. A REORGANIZAÇÃO SINDICAL FACE ÀS MUTAÇÕES DO MUNDO LABORAL	127
9.4. A CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SINDICAL	128
9.4.1. Organização no local de trabalho e sindicalização	129
9.4.2. Sindicato	130
9.4.3. Estruturas intermédias	130
9.4.4. Confederação	132
9.5. O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO SINDICAL	132
9.6. A COESÃO ORGÂNICA DA CGTP-IN E O MSU COMO UM TODO	133
9.7. O ESTILO E MÉTODOS DE TRABALHO	133
9.7.1. O trabalho nos órgãos executivos	134
9.7.2. Balanço periódico da actividade e prestação regular de contas	134
9.7.3. Disciplina orgânica e funcional	135
9.8. A POLÍTICA DE QUADROS SINDICAIS	135



9.9. A ORGANIZAÇÃO DE CAMADAS ESPECÍFICAS DE TRABALHADORES	137
9.9.1. Os jovens	137
9.9.2. As mulheres	139
9.9.3. Os quadros técnicos	140
9.9.4. Os desempregados	141
9.9.5. Os trabalhadores com emprego precário	141
9.9.6. Os reformados	141
9.9.7. Os deficientes	142
9.10. A CONCRETIZAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES	142
9.11. A FORMAÇÃO SINDICAL	143
9.12. A INFORMAÇÃO E PROPAGANDA SINDICAL	146

CAP. X — A ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA E GESTÃO FINANCEIRA INTEGRADA

10.1. A IMPORTÂNCIA DE UM APARELHO ADMINISTRATIVO RACIONALIZADO, MODERNO E EFICAZ	149
10.1.1. — Introdução	149
10.1.2. — O aparelho existente e as mudanças necessárias	149
10.1.3. — Normalização — tarefa inadiável	150
10.1.4. — A formação profissional	151
10.1.5. — A informação e a informática	151
10.2. UMA GESTÃO CONTÍNUA E GLOBAL A TODOS OS NÍVEIS	153
10.2.1. — Gestão — meio fundamental do nosso trabalho	153
10.2.2. — A gestão global e o respeito pela autonomia	154
10.2.3. — O património e o aproveitamento dos recursos	154
10.2.4. — Uma correcta política de investimento	155
10.3. OS FLUXOS FINANCEIROS E OS LIMITES À SUA UTILIZAÇÃO ...	156
10.3.1. — A quotização — principal fonte de receitas	156
10.3.2. — As quotizações e a comparticipação para as estruturas	156
10.3.3. — A execução orçamental e financeira e a contabilidade	157
10.4. A ESTRUTURA DE DIRECÇÃO E DE EXECUÇÃO	157
10.4.1. — A acção de direcção permanente dos órgãos da CGTP-IN	157
10.4.2. — GRAF — estruturas de execução	158